



20 DE FEVEREIRO 2009
Sexta-feira

- EMPREGO FORMAL TEM O PIOR JANEIRO DA DÉCADA
- TAXA DE DESEMPREGO SOBE A 8,2% EM JANEIRO
- AJUSTE RÁPIDO FEZ INDÚSTRIA ELIMINAR 400 MIL EMPREGOS
- JUSTIÇA MANDA CSN INFORMAR DISPENSAS COM ANTECEDÊNCIA
- MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DEMORAM A ENGREMAR EM 2009
- FAT NÃO TEM DINHEIRO PARA AMPLIAR SEGURO-DESEMPREGO
- ADESÃO AO SUPERSIMPLES PODE SER FEITA ATÉ HOJE
- ESTUDO REVELA QUE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA AUMENTOU EM 2008
- IMPOSTO RETIDO EM JANEIRO/ 2009 DEVE SER RECOLHIDO HOJE, 20/ 2
- CHEQUE PRÉ-DATADO: APRESENTAÇÃO ANTECIPADA GERA DANO MORAL
- JT NÃO ADMITE REDUÇÃO DA PERICULOSIDADE POR ACORDO COLETIVO

Câmbio		
Em 20/02/2008 às 15:30h		
	Compra	Venda
Dólar	2,395	2,397
Euro	3,013	3,015

EMPREGO FORMAL TEM O PIOR JANEIRO DA DÉCADA

20/02/2009 – Gazeta do Povo

País fechou 101 mil vagas durante o mês passado. Região metropolitana de Curitiba é a única a registrar saldo positivo

Pela primeira vez em dez anos, o mercado de trabalho brasileiro encolheu num mês de janeiro. Na esteira dos efeitos da crise econômica mundial, foram fechados mais de

101 mil postos de trabalho no mês passado. Desde novembro, já desapareceram 787 mil vagas formais (com carteira assinada) no país, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No Paraná, um alento: o saldo entre admissões e demissões foi positivo, com 1,5 mil empregos criados em janeiro. A região metropolitana de Curitiba, com seus 504 empregos abertos no primeiro mês do ano, apresentou o melhor desempenho dentre as nove pesquisadas pelo ministério – e foi a única a apresentar saldo positivo no período. No acumulado dos últimos 12 meses, o Paraná aparece com o melhor resultado da Região Sul, com 100 mil postos de trabalho criados, um avanço de 4,9%.

Brasil

Desde janeiro de 1999, quando foram fechadas 41,2 mil vagas com carteira assinada, o desempenho do emprego não era tão ruim no país. Na comparação com janeiro de 2008, o número de demissões cresceu 13% no primeiro mês deste ano.

Por outro lado, o número de 1,21 milhão de admissões é o segundo maior para o mês na série histórica da pesquisa, perdendo apenas para janeiro de 2007, quando 1,3 milhão de trabalhadores foram contratados. Mas o resultado não indica necessariamente um arrefecimento da crise, uma vez que janeiro é, tradicionalmente, um mês de aceleração na geração de postos de trabalho.

Setores

Na divisão por setores de atividade econômica, a construção civil apresentou o maior porcentual de criação de vagas no Paraná em janeiro, com variação de 1,5%, criando pouco mais de 1,6 mil novos postos. No entanto, este número, que representa 14,4% do resultado nacional do setor (11,3 mil vagas), precisa ser relativizado, uma vez que o setor fechou 3,6 mil vagas no estado em dezembro de 2008. Isso significa que o resultado de janeiro recupera apenas 45% das vagas fechadas no fim do ano passado.

Mesmo assim, para o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Cid Cordeiro, o resultado pode ser interpretado como o esboço de uma reação. “O cenário no fim do ano passado estava excessivamente negativo e muitas demissões foram ocasionadas por esse pessimismo. O volume de contratações em janeiro foi a metade das demissões, recuperando apenas parte do que foi perdido, mas não deixa de ser um dado positivo”, avalia. “Isso mostra que provavelmente o ‘fundo do poço’ para o emprego pode ter sido em dezembro” completa.

Ainda no Paraná, o setor de serviços criou mais de 2 mil postos em janeiro. O volume corresponde a 82% do total de vagas do setor geradas em todo o país. Contribuíram para o desempenho estadual as contratações dos segmentos de serviços de alojamento, alimentação e manutenção (1.427 vagas), serviços médicos odontológicos (350 vagas) – subgrupo este que obteve sua marca recorde na série histórica do Caged –, serviços de comércio e administração de imóveis e serviços técnicos profissionais (687 vagas) e instituições financeiras (149 vagas).

No país, os setores que mais contribuíram para a queda do nível de emprego em janeiro foram a indústria de transformação e o comércio, que juntos respondem pela perda de mais de 105 mil

TAXA DE DESEMPREGO SOBE A 8,2% EM JANEIRO

20/02/2009 – O Estado do Paraná

O nível de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país subiu em janeiro e fechou o mês em 8,2%. O resultado superou em 1,4 ponto percentual o verificado em dezembro de 2008 (6,8%) e representa a maior taxa desde abril do ano passado (8,5%). Já na comparação com o mesmo período do ano anterior (8,0%) a taxa de desocupação ficou praticamente estável.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas desocupadas cresceu 20,6% na passagem de um mês para o outro, totalizando 1,9 milhão de pessoas em janeiro. Já em relação ao mesmo mês de 2008, esse volume se manteve no mesmo patamar.

A pesquisa revela, ainda que, por outro lado, a população ocupada sofreu redução de 1,6% de dezembro a janeiro, fechando o mês com a marca de 21,2 milhões de trabalhadores.

Ainda segundo o estudo, o número de trabalhadores com carteira assinada, 9,5 milhões, caiu 1,3% em relação a dezembro e cresceu 4,5% na comparação anual. Já o rendimento médio ficou em R\$ 1.318,70, tendo subido 2,2% no mês e 5,9% na comparação com janeiro de 2008.

Em janeiro, os setores que mais demitiram, na comparação com o mês anterior, foram o da construção (-4,7%) e do comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis (-2,5%). Já em relação a janeiro de 2008, as contratações superaram as demissões em educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social (5,1%).

AJUSTE RÁPIDO FEZ INDÚSTRIA ELIMINAR 400 MIL EMPREGOS

20/02/2009 – Valor Econômico

Desde que o ajuste na atividade econômica começou a ser feito, em outubro, o saldo no fechamento de postos formais de trabalho totalizou 736.114 vagas, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Desse total, 400.429 postos foram fechados nas indústrias. Para analistas, o segmento foi o que mais rapidamente adequou produção, estoques e nível de emprego à desaceleração da demanda. Para eles, o resultado dos últimos quatro meses constitui o principal ajuste que deve ocorrer no mercado de trabalho. Para os próximos meses, a expectativa é de que ainda haja redução no número de postos formais, mas em volume inferior ao registrado em dezembro e janeiro.

Na avaliação do economista da LCA Consultores, Fábio Romão, os segmentos de comércio e serviços ainda deverão efetuar ajustes no número de empregados. "A indústria reagiu rapidamente à mudança no cenário econômico. Comércio e serviços responderão com uma certa defasagem, mas tudo indica que o maior volume de demissões ficou no último bimestre", afirma. Pelos dados do Caged, entre outubro e janeiro, o setor de serviços fechou 39.238 postos e o comércio, embora tenha efetuado 50,8 mil demissões em janeiro, manteve saldo positivo de 66,6 mil no quadrimestre.

Para Romão, o aumento do salário mínimo com ganho real e a inflação mais baixa neste ano podem garantir a manutenção do consumo e da demanda nesses segmentos e garantir, dessa forma, um ajuste mais suave no nível de emprego. "O comércio encerrou com saldo negativo devido à decisão das empresas de não efetivar temporários no mesmo nível de anos anteriores. Haverá desaceleração no setor e em serviços, mas em nível menor que na indústria", avalia. Em relação ao setor industrial, ele considera que alguns setores ainda farão ajustes, como os de metalurgia, que em janeiro ainda apresentou forte queda na demanda, e papel e celulose, que no mês teve queda de 18% nos preços internacionais e está com estoques altos. "O setor de mecânica também pode ter ainda algum ajuste por conta da demanda enfraquecida na área de bens de capital."

Avaliação semelhante faz a analista da Tendências Consultoria Integrada Ariadne Vitoriano, que prevê para janeiro taxa de desemprego de 7,7%, bem acima dos 6,8% apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro. O levantamento será divulgado pelo IBGE nesta sexta-feira. Para a economista, no entanto, o mercado de trabalho ainda deve apresentar uma deterioração significativa, tendo em vista que muitas empresas optaram até agora por férias coletivas e outras medidas que reduzem a jornada sem corte de postos de trabalho. "É normal que o mercado de trabalho seja ajustado com uma certa defasagem em relação ao restante da economia", afirma, observando que ainda não há sinais claros de uma recuperação na economia brasileira neste semestre.

A economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Marzola Zara, também espera ainda redução do emprego formal no país nos próximos meses, mas em menor escala. Ela observa que, no acumulado de 12 meses, a redução no total de postos já foi bastante significativa, passando de 2,097 milhões de vagas abertas até setembro do ano passado para 1,208 milhão em janeiro deste ano - sendo esse último o pior saldo desde junho de 2004. "Houve uma retração bastante grande em um prazo curto. É possível que daqui para frente haja redução de vagas, mas em ritmo menos acentuado", afirma.

A expectativa de desaceleração no fechamento de postos da Rosenberg e da LCA baseia-se nos dados de janeiro. Segundo cálculo da Rosenberg, o saldo de postos fechados com ajuste sazonal ficou em 103,7 mil vagas no mês, abaixo do saldo de 199,2 mil de dezembro ajustado sazonalmente. Na indústria, o saldo ajustado ficou em 52 mil em janeiro, ante 113 mil em dezembro. A LCA, por sua vez, calcula a variação mensal no estoque de empregos formais. Pelo cálculo, em janeiro, o estoque teve queda de 0,15%, após queda de 0,5% em dezembro. "É uma retração pequena, o total de empregos ficou praticamente estável", diz Romão.

JUSTIÇA MANDA CSN INFORMAR DISPENSAS COM ANTECEDÊNCIA

20/02/2009 – Valor Econômico

A Delegacia Regional do Trabalho de Volta Redonda, ligada ao Ministério do Trabalho, convocou para o dia 3 reunião de negociação trabalhista entre a direção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e representantes do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. Segundo o sindicato, desde dezembro, a CSN já demitiu 1.300 funcionários da usina Presidente Vargas, maior unidade de produção do grupo, em Volta Redonda.

Ontem, a Justiça do Trabalho determinou que a empresa terá de comunicar com antecedência de 48 horas qualquer demissão que pretenda realizar. A decisão foi da

3ª Vara do Trabalho de Volta Redonda, a pedido do Ministério Público do Trabalho. Se a decisão não for cumprida, as demissões poderão ser consideradas nulas.

Nesta semana, a direção da CSN propôs acordo ao sindicato da categoria envolvendo o aumento da jornada de trabalho de seis para oito horas diárias e, segundo os sindicalistas, a empresa tem ameaçado demitir mais 1.000 empregados caso a proposta não seja aceita. O juiz Rodrigo Dias Pereira, responsável pela decisão, determinou ainda que a empresa apresente relatório de todas as dispensas feitas desde 1º de dezembro de 2008 para comparar com o mesmo período de 2007. Segundo os sindicalistas, o objetivo dos procuradores é anular as demissões efetuadas desde dezembro, uma vez que os 1.300 cortes devem configurar demissão coletiva e podem ser considerados ilegais, porque não foram negociados com o sindicato.

O sindicato também entrou com ação na Justiça para restabelecer o turno de seis horas a 300 trabalhadores da laminação da usina, que desde 3 de fevereiro trabalham em turno de oito horas. Para os procuradores responsáveis pelo pedido, Marco Antonio da Matta e Sandro Henrique de Araújo, a decisão judicial atendeu às expectativas mais urgentes, ao impedir novas demissões.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DEMORAM A ENGRENAR EM 2009

20/02/2009 – O Estado do Paraná

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto, classificou o desempenho do setor no mês de janeiro como "assustador". "Esperávamos queda, mas o resultado negativo foi muito além do imaginado. Posso caracterizá-lo como assustador. Os investimentos estão paralisados e não sabemos quando isso mudará", disse. O faturamento nominal da indústria de máquinas e equipamentos totalizou R\$ 3,82 bilhões em janeiro de 2009, queda de 38,6% ante dezembro de 2008 e recuo de 34,7% na comparação com igual período de 2008.

De acordo com a Abimaq, o faturamento bruto do setor só apresentou resultado positivo no segmento de válvulas em decorrência dos investimentos feitos pela Petrobras. "A Petrobras está fazendo a parte dela", disse. Todos os outros segmentos apresentaram resultados negativos, com destaque para o de máquinas-ferramenta, considerado o mais importante, que teve recuo de 58,9% no faturamento bruto de janeiro ante dezembro de 2008. "Representa uma queda sem atencedentes", disse Aubert Neto, citando que o número de encomendas feitas ao setor caiu de 30% a 40%.

As exportações também tiveram queda, totalizando US\$ 677,25 milhões em janeiro de 2009, com declínio 23,6% na comparação com janeiro de 2008. A queda no desempenho das vendas externas, segundo Neto, já era esperada, uma vez que o mercado externo passa por dificuldades financeiras e está em desaceleração.

Caso os resultados fracos reportados pela indústria persistam em fevereiro e março, o setor deverá fechar cerca de 50 mil postos de trabalho no primeiro semestre de 2009, de acordo com o presidente da Abimaq. "A situação é crítica. Se continuar como está, e os sinais são de continuidade, não terá como segurar as demissões", afirmou.

Aubert Neto destacou que os profissionais do segmento são altamente especializados. "Prepará-los demanda tempo", disse. "No patamar que estamos chegando, férias coletivas ou paradas técnicas já não adiantam", afirmou.

O consumo aparente (produção, mais importação, menos exportação) teve retração de 11,1%, passando de R\$ 7 bilhões em janeiro de 2008, para R\$ 6,24 bilhões em 2009.

As importações de bens de capital também apresentaram redução, caindo 2,4%, para US\$ 1,72 bilhão, na mesma base de comparação.

Aubert Neto destacou que para melhorar a situação do setor é necessário que o governo altere políticas econômicas. "Enquanto o governo não desonerar os investimentos, as companhias não voltarão a investir e a indústria de bens de capital só terá retração", disse. Ele citou ainda a falta de crédito. "O BNDES vêm agindo com rapidez, mas aí dependemos de instituições financeiras para ter acesso ao capital. E essas instituições não estão concedendo crédito como deveriam. Há uma política elitista, que concede crédito para os que menos precisam", disse.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 5)(Carina Urbanin/InvestNews)

FAT NÃO TEM DINHEIRO PARA AMPLIAR SEGURO-DESEMPREGO

20/02/2009 – O Estado do Paraná

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) não tem condições financeiras para custear as despesas decorrentes de uma ampliação do seguro-desemprego para até dez parcelas, segundo avaliação da área técnica do governo. Essa ampliação, cuja possibilidade foi admitida no início do mês pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, teria de ser bancada com recursos adicionais do Tesouro Nacional ou pela redução ou eliminação dos empréstimos do FAT ao setor produtivo.

Por causa da crise, as centrais sindicais reivindicam o aumento das parcelas do seguro-desemprego, que hoje é pago em até cinco meses. Para custear a ampliação para até sete parcelas aos trabalhadores dos setores mais afetados pela crise, já decidida pelo governo no início deste mês, a lei permite que o FAT lance mão, por semestre, de até 10% de suas reservas técnicas, que hoje estão em torno de R\$ 11 bilhões.

O FAT paga o seguro-desemprego, o abono salarial e destina recursos para a qualificação profissional e para empréstimos aos setores produtivos (os chamados "depósitos especiais"), com o objetivo de aumentar a oferta de empregos. O Fundo é mantido com recursos das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep). A avaliação técnica é que o FAT está à beira do colapso, pois as despesas estão crescendo em ritmo mais acelerado do que as receitas.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, nega que o FAT vá enfrentar dificuldades para financiar a ampliação das parcelas do seguro-desemprego, mesmo que seja para dez meses. "Eu diria que este ano dá sim, pois o Fundo tem um patrimônio de R\$ 160 bilhões." Mas ele admite que podem ocorrer problemas no futuro. "É claro que, se o desemprego se agravar muito e a ampliação das parcelas for generalizada, para todos, haverá dificuldades." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

ADESÃO AO SUPERSIMPLES PODE SER FEITA ATÉ HOJE

20/02/2009 –

Termina hoje o prazo para as empresas interessadas em se cadastrar no Simples Nacional. No fim do ano, o governo aprovou a inclusão de novas atividades exercidas por micro e pequenas empresas na lista daquelas que podem aderir ao modelo de tributação – que reúne em único pagamento IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS, INSS patronal, ICMS estadual e ISS municipal.

Para se inscrever, o empresário deve acessar o site do Simples Nacional, que está no portal da Receita, e solicitar a adesão. No dia 10 de março a Receita Federal vai informar, no seu site, a lista de pedidos que apresentarem pendências. Os demais pedidos, explica o coordenador de Políticas Públicas do Sebrae-PR, Cesar Rissete, serão deferidos imediatamente. Cerca de 3 milhões de empresas de todo o país são optantes do modelo, que foi criado em julho de 2007, segundo dados da Receita Federal. Dessas, quase 220 mil no Paraná – o equivalente a 7,4% das empresas optantes no país todo.

Para quem

Podem aderir ao Simples Nacional aquelas empresas com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões, desde que elas não estejam entre as atividades vedadas. A orientação para os empresários, no entanto, é verificar, junto ao contador, as vantagens e desvantagens de aderir ao Simples Nacional – já que elas variam de acordo com o tipo de empresa. “O primeiro passo é verificar se não há nenhum impedimento para adesão e se a empresa se enquadra nas regras”, explica Rissete. “Depois, o ideal é procurar um contador e verificar, conforme o anexo em que a empresa se enquadra, se o modelo de tributação é mais vantajoso do que o do lucro presumido.”

Segundo o coordenador do Sebrae, em geral, o Supersimples é mais vantajoso para as empresas com faturamento anual de até R\$ 800 mil. “A partir deste valor, talvez não seja a melhor opção. É preciso analisar individualmente.”

As micro e pequenas empresas que já optaram pelo Simples em anos anteriores não precisam optar novamente. Porém, se elas tiverem pendências tributárias, poderão ser excluídas do regime. Por isso elas precisam procurar o órgão federal, estadual ou municipal para fazer o acerto.

De acordo com a Receita Federal, mais de 230 mil empresas já se cadastraram ao longo de janeiro. Desse total, mais de 150 mil solicitações estão pendentes por débitos ou por problemas de cadastro em estados e municípios; outros 68,9 mil pedidos foram deferidos de imediato; e 12,9 mil são referentes a empresas novas. A expectativa de adesões da Receita Federal, prevista inicialmente em 200 mil empresas, deve superar 330 mil.

ESTUDO REVELA QUE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA AUMENTOU EM 2008

20/02/2009 – O Estado do Paraná

De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT, o valor de tributos arrecadados em 2008, R\$ 1,056 trilhão, representou um crescimento de 14,43%, se comparado a 2007, cuja arrecadação foi de R\$ 923 bilhões.

Esse valor representa 36,54% do PIB brasileiro de 2008, estimado em R\$ 2,89 trilhão. No mesmo período, cada brasileiro pagou R\$ 5.572 em tributos, representando um aumento de R\$ 652, em relação a 2007.

Os tributos que mais contribuíram para tal crescimento foram: ICMS (R\$ 34,59 bi), Imposto de Renda (R\$ 31,58 bi), INSS (R\$ 27,11 bi) e Cofins (R\$ 18,31 bi). O IOF foi o tributo que teve o maior aumento percentual em sua arrecadação, com 159,60%.

O crescimento da arrecadação Federal foi de R\$ 88,70 bilhões (13,63%), dos Estados R\$ 36,55 bilhões (15,66%) e dos municípios R\$ 8,02 bilhões (20,64%), crescimento que gerou acréscimo de 13,24% na carga tributária per capita de 2008.

IMPOSTO RETIDO EM JANEIRO/ 2009 DEVE SER RECOLHIDO HOJE, 20/ 2

20/02/2009 – Notas COAD

As pessoas que pagaram ou creditaram rendimentos sujeitos ao IR/Fonte com período de apuração mensal, a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País, inclusive rendimentos do trabalho, têm até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores para o seu recolhimento.

Portanto, o prazo final de recolhimento em relação aos fatos geradores ocorridos em janeiro/2009 é até hoje, 20/2.

Este prazo não alcança o IR/Fonte decorrente de juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, prêmios, multa e qualquer vantagem, rendimentos e ganhos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário, que possuem prazos específicos, bem como aquele incidente sobre a remuneração indireta ou pagamentos efetuados a beneficiários não identificados, que deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador.

CHEQUE PRÉ-DATADO: APRESENTAÇÃO ANTECIPADA GERA DANO MORAL

19/02/2009 – Notas COAD

Consumidores que emitiram cheques pré-datados para pagar suas contas têm o direito de recorrer à Justiça pedindo indenização se o saque for feito antes da data combinada. Essa garantia está prevista na Súmula 370 aprovada por ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os integrantes da 2ª Seção do STJ decidiram, por unanimidade, editar a súmula depois que julgaram vários casos nos quais ocorreu a apresentação de cheque pré-datado antes do dia ajustado entre as partes. Há decisões do tribunal nesse sentido desde a década de 90. Os ministros concluíram que, nesses casos, o consumidor pode alegar que sofreu um dano moral.

Entretanto, a mera alegação de que o negócio celebrado se deu em decorrência de cheque pré-datado (na verdade, pós-datado), não enseja dano moral. Para tanto, será necessário prova sobre tal condição.

Essas provas são necessárias porque muitas vezes o consumidor emite o cheque com a data real da compra e o comerciante anexa ao documento um pequeno papel no qual está escrito a partir de quando ele pode ser descontado. Se esse papel for retirado e o cheque descontado antes do programado, será difícil para o consumidor argumentar que o ajuste não foi cumprido.

FONTE: Equipe Técnica ADV

20/02/2009 – Notas COAD

Ainda que percentual inferior do adicional de periculosidade seja fixado em acordo coletivo de trabalho, deve prevalecer o que se encontra previsto em lei. Esta foi a conclusão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao manter decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM), que considerou válido o acordo de trabalho celebrado entre o SINTTEL-AM e a Telecomunicações do Amazonas S/A, mas decidiu que a negociação coletiva não poderia pactuar normas contrárias à lei.

O sindicato atuou como substituto processual do empregado, integrante da categoria dos telefônicos. Admitido em janeiro de 1975, ele foi demitido após 26 anos de serviços prestados. Na ação, buscou receber o adicional de periculosidade de 30% sobre a remuneração, uma vez que a empresa lhe pagava somente 10%. Ele alegou que, ao exercer a função de instalador e reparador de linhas e aparelhos – IRLA, trabalhava em área de risco, em exposição contínua a equipamentos e instalações elétricas, e que o contato físico ou a exposição aos efeitos da eletricidade podiam resultar em incapacitação, invalidez permanente ou até morte. A sentença de primeiro grau foi-lhe favorável ao reconhecer seu direito às diferenças do adicional.

A Telecomunicações do Amazonas recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM) e sustentou que, no acordo firmado com a categoria e o sindicato, foram escalonadas gratificações para os empregados sujeitos a atividades desgastantes e chegou-se a adicionais variantes, nos percentuais de 15%, 10% e 5%. O acordo vinha sendo prorrogado por mais de seis anos e constituiria, para empresa, “ato jurídico perfeito”, pois nunca fora questionado pelo sindicato ou pela DRT, onde se deu o registro.

O TRT rejeitou o recurso. “Não há como acatar a tese da empresa no sentido de que se trata apenas de funções desgastantes, mas de atividade de risco”, afirma a decisão regional. “O percentual deve ser o previsto na lei, ainda que percentual inferior tenha sido fixado no acordo coletivo. Este aplicar-se-ia se fosse benéfico ao trabalhador”.

Ao recorrer ao TST, a telefônica sustentou que a decisão do TRT desrespeitava o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, que reconhece a eficácia dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Mas o relator do agravo, ministro Vantuil Abdala, observou que o Regional não negou a validade do acordo celebrado entre as partes, apenas concluiu que a negociação coletiva não poderia estabelecer regras contrárias à lei. (RR-62508/2002-900-11-00.5).

Fonte: TST